



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL
Gênero, Família, Políticas Públicas**

O olhar sobre a família na Economia Doméstica: análise da relação na efetivação de uma Política de Estado

José Carlos do Amaral Junior¹
Ana Elizabeth Santos Alves²

Resumo: Este trabalho buscou estudar como a Economia Doméstica compreendeu historicamente a família na sua relação com uma Política de Estado. Dessa forma, por meio de um estudo teórico, percebeu-se que no início e meados do século XX, a Economia Doméstica utilizou oficialmente o discurso de voltar-se às famílias, mas estando sempre orientada às mulheres e a reproduzir determinado lugar social atribuído ao feminino. Além disso, passou a partir de 1950 a dedicar-se à família rural, entendendo-a como uma unidade produtiva, sendo a mulher a responsável por um ambiente doméstico que era um prolongamento das atividades familiares produtivas.

Palavras-chave: Economia Doméstica; Família; Educação; Ideologia.

Abstract: This paper aimed to study how the Home Economics historically included the family in its relationship with a State Policy. Thus, through a theoretical study, she realized that in the beginning and middle of the twentieth century, the Home Economics officially used the discourse of turning to families, but always focusing on women and reverberating a certain social place attributed to them. In addition, since 1950, began to dedicate itself to the rural family, understanding it as a productive unit, and the woman was responsible for a domestic environment that was an extension of productive family activities.

Keywords: Home Economics; Family; Education; Ideology.

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho busca compreender como a Economia Doméstica surgiu no Brasil enquanto parte de uma Política de Estado, objetivando reproduzir um ideal de família e de trabalho alinhados com as formas de produção e reprodução do sistema capitalista à época.

¹ Economista Doméstico, Extensionista do Instituto EMATER-PR, Doutorando em Memória: Linguagem e Sociedade (UESB), jcamaral1987@gmail.com.

² Professora do Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade. Doutorado em Educação pela UFBA. ana_alves183@hotmail.com.



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Dessa maneira, está focado na análise de dois momentos históricos distintos: o primeiro, que data de cerca de 1909 e marca a introdução da Economia Doméstica no país no início do século XX; e o segundo, que ocorreu no fim da década de 1940 e início da década de 1950, cuja principal característica é o alinhamento da Economia Doméstica enquanto instrumento de educação que integrou uma política de Estado especificamente destinada ao meio rural. Assim, o trabalho também está direcionado para um determinado ideal de família rural, considerado objeto da Economia Doméstica em seu discurso oficial.

A Economia Doméstica pode ser, grosso modo, definida como uma área de conhecimento que emergiu nos EUA no fim do século XIX, fortemente demarcada pelo conteúdo ideológico do lugar social da mulher na divisão social do trabalho. Rapidamente espalhou-se pelo mundo no início do século XX, mantendo mais ou menos a mesma base comum embora contemplasse diferenças segundo os locais em que foi implantada. Outro elemento importante no que diz respeito a essa expansão é de que, enquanto área de conhecimento, a Economia Doméstica efetivou-se de formas distintas, muitas vezes, concomitantes: foi inserida enquanto disciplina do ensino secundário, enquanto formação específica do ensino técnico feminino, enquanto cursos livres de extensão e formação e enquanto diretriz de modelos de educação não formais, como aqueles praticados nos clubes e associações.

O objeto de estudo e intervenção da Economia Doméstica, desde sua criação, tem sido descrito como “a família” no sentido geral do termo. Desde seus primeiros projetos pedagógicos estadunidenses do final do século XIX até seus últimos momentos de existência enquanto curso de ensino superior formal no Brasil, a área é descrita como pioneira nos estudos e processos de melhoria das condições de vida da família. Mesmo após sua extinção enquanto curso superior, ainda publica no país a Revista Oikos - Família e Sociedade, e mantém um Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica com cursos de Mestrado e Doutorado cuja área de concentração é Economia Familiar³. No entanto, essa definição da “família” enquanto objeto da Economia Doméstica tem um sentido restrito e historicamente relacionado ao surgimento da área.

Esse trabalho, portanto, busca demonstrar como a implantação da Economia Doméstica em dois momentos (início e meados do século XX) estava ancorada em um modelo específico de família e de que forma essa relação se estabelecia enquanto uma Política de

³ Tanto a Revista quanto o Programa são vinculados à Universidade Federal de Viçosa, em Minas Gerais.



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Estado para a produção e reprodução de modelos específicos de sociabilidade e divisão do trabalho.

2. UM OLHAR SOBRE A ECONOMIA DOMÉSTICA

Para desenvolver o proposto, o trabalho está subdividido em três seções: (i) na primeira será descrita a relação entre a Economia Doméstica e gênero, buscando demonstrar que a área do conhecimento surgiu enquanto demanda de um mundo doméstico pensado enquanto especificamente “feminino”; (ii) na segunda seção, será apresentada uma discussão sobre a extensão rural, área de atuação/campo de trabalho importante para se compreender como a Economia Doméstica integrou uma Política de Estado; (iii) por último, apresentar-se-á a relação entre as duas discussões anteriores e o conceito de família - com atenção especial à rural - empregado. Nessa última seção a intencionalidade reside na elucidação de que, enquanto objeto final da Economia Doméstica e da Política de Estado que integra, o conceito de família rural empregado reflete especificidades dessa relação.

2.1 Gênero e Economia Doméstica

Há um número considerável de trabalhos que buscam fazer a análise da Economia Doméstica perpassando a categoria gênero. O mais relevante deles talvez seja a tese de doutorado apresentada por Lopes (1995). No entanto, esse trabalho circunscreve especificamente a implantação da Escola Superior de Ciências Domésticas na antiga Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Minas Gerais (ESAV), demarcando os acontecimentos do final da década de 1940 e início de 1950. Para um contexto que reflita a Economia Doméstica do início até meados do século XX e sua relação com gênero, tem-se os trabalhos de Louro e Méyer (1993) e boa contribuição dos apresentados por Foster (1954), Ferreira e Neto (2013), Oliveira (2006), Oliveira e Neto (2015) e Pinheiro (2016) - embora esses também estejam mais direcionados aos eventos ocorridos a partir da segunda metade do século XX.

A Economia Doméstica é uma área de conhecimento que surgiu a partir da divisão sexual do trabalho e buscou legitimar o lugar social da mulher estabelecido nessa divisão. Nesse sentido, seus elementos refletiam aqueles que eram considerados “naturalmente” femininos, como o cuidado com a casa e os filhos, o preparo dos alimentos, os trabalhos



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLITICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

manuais domésticos e o papel de boa esposa (LOURO e MÉYER, 1993). Segundo essas autoras, seu início data de uma iniciativa de donas-de-casa americanas que, preocupadas com os “rumos da família” diante do novo século e das modificações expressivas vivenciadas, decidiram formular um método que fosse capaz de manter a família sólida “em torno dos seus princípios”. É possível notar, portanto, o enviesamento ideológico do surgimento da Economia Doméstica que demonstra o forte caráter conservador, vocacionalista e moralista da empreitada.

Atrelada desde seu início à família, mais especificamente orientada para uma tipologia do feminino enquanto elemento de coesão familiar, a Economia Doméstica do início do século XX estava amplamente fundamentada na reprodução de um lugar social aceito típico, exclusiva e naturalmente como da mulher (LOPES, 1995). Assim, buscou sistematizar enquanto área de conhecimento um conjunto de fazeres e saberes estritamente orientados à vida doméstica, às atividades "tipicamente femininas" e às posturas moralmente desejáveis para as mulheres (LOURO e MÉYER, 1993).

Sua emergência enquanto área de conhecimento nada tem a ver, portanto, com um projeto político-pedagógico de conhecer e transformar o ambiente doméstico, suas atividades e as relações nele estabelecidas. A Economia Doméstica surgiu enquanto elemento de reprodução, de manutenção das tradições que vinculavam a mulher à esfera da reprodução da vida social, mesmo que seja importante destacar que mais tarde, conforme demonstra Lopes (1995), ela irá buscar promover uma quebra das tradições, embora seu caráter vocacionalista permaneça.

Portanto, as primeiras tentativas de efetivar a Economia Doméstica no Brasil ocorreram introduzindo-a enquanto elemento do ensino secundário e/ou formação subsequente feminina. Sua estrutura orbitava em torno dos conhecimentos de artes manuais, nutrição e alimentação, corte e costura, decoração de ambientes, cocção, economia familiar, moral e bons costumes, puericultura e enfermagem (LOURO E MÉYER, 1993). Para entender a origem dessa conformação, é preciso lembrar que estas eram atividades naturalmente atribuídas às mulheres no ambiente doméstico. Como parte da divisão sexual do trabalho, o trabalho reprodutivo doméstico buscava separar o mundo da produção do mundo reprodutivo, este último em que predominava o trabalho feminino entendido como natural e vocacional (ALVES, 2013).

Algumas décadas depois, após as Reformas do Ministro Gustavo Capanema ocorridas em meados de 1940, esse viés ideológico da Economia Doméstica enquanto instrumento



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

efetivo de “manutenção da família” ganharia mais força. Isso porque, com as reformas educacionais da época somados ao contexto político internacional, havia um cenário propício que demandava novos instrumentos formais de efetivação da Economia Doméstica. Nesse contexto, os cursos superiores de Economia Doméstica foram implantados no Brasil a partir de 1952.

Lopes (1995) fez uma rica análise sobre a implantação do primeiro curso de Economia Doméstica no Brasil, demonstrando que esse processo foi marcado pelas concepções prevalentes da mulher como dócil, moralmente educada, inferior ao homem, ligada ao lar, ao doméstico e à religiosidade. A autora descreveu com bastante profundidade como a abertura da Escola Superior de Ciências Domésticas foi malvista pelos homens da instituição, recebida com desconfiança e como constantemente as alunas passavam por retaliações de diversas ordens. Apesar dos argumentos amplamente difundidos que a Economia Doméstica representou um avanço na educação feminina, é preciso, portanto, considerar que seu lugar reprodutivo esteve desde o início bastante distante de promover uma trajetória de emancipação da mulher.

Pinheiro (2016) reforça, no entanto, que é preciso compreender também a relação Economia Doméstica/Gênero sobre a ótica do contexto sociopolítico. A maior parte das análises, segundo a autora, acaba ignorando essa interface e a importância de se estabelecer que a Economia Doméstica ganhou impulso nacional em um contexto de cooperação internacional específico. Assim, a extensão rural aparece, a partir de 1948, como uma Política de Estado em construção para a qual a Economia Doméstica foi fundamental - e vice-versa (PINHEIRO, 2016).

2.2 Extensão Rural enquanto Política de Estado

A extensão rural surgiu no Brasil por volta de 1948, enquanto uma Política de Estado de caráter público-privado (RODRIGUES, 1997). A extensão rural brasileira, dentre outros fatores, surgiu enquanto resposta ao diagnóstico realizado pela Missão Rockefeller de que o desenvolvimento do país era barrado pelo seu caráter majoritariamente agrícola, o que impedia, nessa perspectiva, o avanço da indústria e das formas consideradas mais aprimoradas de produção capitalista (PEIXOTO, 2008). Segundo esse autor, a extensão brasileira foi vista, portanto, nesse primeiro momento, como uma alternativa para fomentar o desenvolvimento econômico.



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Nessa perspectiva, a extensão rural foi implantada no Brasil por meio de um acordo de cooperação com entidades americanas, cuja responsabilidade era não só o repasse de recursos financeiros, mas também o treinamento dos profissionais (PEIXOTO, 2008). Pedagogicamente, no entanto, o desenho da extensão rural brasileira afastou-se do modelo americano e assumiu um caráter humanista assistencialista, cuja principal missão era promover a mudança de comportamento enquanto impulso inicial para a modificação das formas de vida, consumo e, conseqüentemente, de produção (RODRIGUES, 1997).

Esse paradigma da extensão no momento de sua implantação demandou, portanto, um perfil de equipe que fosse capaz de atuar com a família rural de forma mais totalizante, entendendo que as mudanças de comportamento só seriam possíveis se incidissem sobre todas as esferas da vida cotidiana. A partir daí, rapidamente difundiu-se no país um modelo de extensão baseado em uma equipe paritária, formado por um técnico da área agrícola, geralmente um agrônomo ou médico veterinário, e um técnico da área social (PINHEIRO, 2016). Segundo essa autora, a Economia Doméstica foi, portanto, fomentada enquanto formação superior a partir da demanda de inserção de um profissional desse perfil nas equipes de extensão rural, o que justifica a proximidade de implantação do primeiro curso no Brasil (em 1952) com a implantação da extensão rural (ocorrida em 1948), ambas no estado de Minas Gerais.

Considerando a Economia Doméstica uma área de conhecimento, com instrumentos formais e não formais já presentes no Brasil desde o início do século XX, o que se viu foi uma rápida capilaridade e formalização enquanto profissão e área de formação, movimento crescente que visava atender à demanda da extensão rural pelos técnicos da área social que seriam multiplicadores de um conjunto de informações para mudanças de comportamento. Esse eixo norteador pode ser facilmente visto no material preparatório desenvolvido pela ESAV para capacitar as técnicas em Economia Doméstica que seriam direcionadas à extensão rural, cujo viés formativo era o de difusão de conhecimentos modernizantes sobre o ambiente doméstico e suas atividades (ESAV, 1952).

Rodrigues (1997) demonstra como a extensão rural exemplifica a seletividade do Estado nas políticas públicas, uma vez que, enquanto Política de Estado, as ações de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) atendiam aos interesses das classes burguesas de difundir comportamentos compatíveis com a produção e reprodução capitalista. De forma análoga, Pinheiro (2016) demonstra como as economistas domésticas tiveram papel importante nessa empreitada, visto que frequentemente formulavam diretrizes para difundir



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

hábitos de higiene, consumo, adoção de tecnologias e estilos de vida que aproximassem as famílias rurais brasileiras ao *american way of life*. Nesse sentido, o lugar social da mulher refletida pela Economia Doméstica da década de 1952 pouco mudou em relação àquela praticada no início do século, demonstrando que a extensão rural enquanto Política de Estado ratificava a noção vocacional feminina que deu origem à área do conhecimento - com algumas peculiaridades que serão abordadas na seção seguinte.

O mais importante, para efeitos dessa análise, é compreender que a Economia Doméstica é incorporada enquanto instrumento formal em uma Política de Estado, cuja origem ideológica em muito se assemelha com o do surgimento da área de conhecimento em questão. Dessa relação, os instrumentos formais de Economia doméstica também se beneficiaram, multiplicando-se expressivamente até meados de 1960, quando o cenário de avanço do curso superior estagnou. Uma análise mais minuciosa desse processo de declínio é realizada tanto por Pinheiro (2016) quanto por Amaral Junior (2016; 2017), sendo mais importante para essa discussão compreender de que maneira, nos “anos iniciais” e nos “anos dourados” da Economia Doméstica no Brasil, a família era abordada e compreendida - fundamental para se compreender também como se dava a simbiose entre extensão rural e Economia Doméstica.

2.3 A Família Rural na Economia Doméstica

A Economia Doméstica sempre teve maior inclinação aos trabalhos com família rurais no Brasil, fenômeno que pode ser explicado por um conjunto de hipóteses: primeiro, porque o país apresentava forte caráter agrário no século XX; segundo, porque haviam concepções mais ou menos amplamente aceitas em momentos históricos distintos de que essa característica fortemente agrária era responsável pelo “atraso” social e econômico nacional; em terceiro, porque seu momento de maior difusão encontrou impulso na extensão rural oficial pública. A maior parte dos colégios, faculdades e universidades que ofertaram alguma modalidade do curso de Economia Doméstica possuía forte tradição agrária - e as últimas instituições a ofertarem o curso no país têm mérito nacional na área das ciências agrárias (AMARAL JUNIOR, 2016).

Rodrigues (1997) ressalta que a primeira fase da extensão no país foi marcada pelo foco na família rural, uma vez que a equipe paritária - um agrônomo e uma economista doméstica - trabalhavam em conjunto com as famílias para promover mudanças de comportamento. A Economia Doméstica do início do século também justificava-se em torno



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

da família, embora não existisse menção exclusiva à família rural (LOURO e MÉYER, 1993). Como dito anteriormente, todo discurso de justificativa da Economia Doméstica historicamente se ancorou na busca “por melhores condições” para as famílias, fenômeno que se reverberou por mais de 60 anos de existência do curso superior e mais de um século da área de conhecimento no Brasil (AMARAL JUNIOR, 2017).

No entanto, há uma disparidade entre o discurso e a prática que é muito pouco circunscrita: A Economia Doméstica nunca teve, efetivamente, seu foco na família - seja ela rural ou urbana. No início do século XX, quando introduzida, a Economia Doméstica estava voltada à mulher e aquele que acreditava ser seu lugar naturalizado: o de esposa, mãe e dona-de-casa. É importante perceber que a família aqui aparece enquanto objeto de forma mais ideologizada do que prática, visto que a Economia Doméstica tinha como foco preparar as mulheres para assumir seus “lugares” nas famílias. Há mais uma relação direta com a divisão sexual do trabalho e como as relações sociais se estabelecem a partir daí, do que efetivamente com uma proposta de trabalho holístico com a família.

A “pedagogia do doméstico” desse primeiro momento histórico no país estava estritamente relacionada à esfera reprodutiva, com grande ênfase na separação entre público e privado, homens e mulheres, produção e reprodução (AMARAL JUNIOR e ALVES, 2019). Importante destacar também que a família a que se refere a Economia Doméstica dessa época é uma família ideal mais ou menos difusa, de contextos industrializados ou em processo de industrialização - uma herança direta do discurso fundador da área de conhecimento nos moldes estadunidenses. Prevalencia o discurso de “família ameaçada” e a mulher aparecia como elemento de coesão necessário para estancar esse processo - e era justamente aí que residia o verdadeiro objeto da Economia Doméstica que durou até meados de 1940 - a manutenção das tradições que legitimavam uma determinada divisão sexual do trabalho (idem, ibidem).

Mas há um certo deslocamento desse cenário a partir da década de 1950, quando a Economia Doméstica passou a se efetivar por instrumentos diferentes e possuiu uma relação mais próxima com uma Política de Estado - a política de ATER. A “pedagogia do doméstico” que a Economia Doméstica buscava refletir tinha outras características com relação ao que se via no início do século: estava menos inclinada às tradições, tinha forte influência dos modelos de gestão da produção e seus instrumentos estavam mais baseados na multiplicação da informação do que no uso das informações obtidas em benefício próprio. Lopes (1995) pontuou alguns desses elementos ao entender que o curso superior de Economia Doméstica



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

da ESAV foi implantado com tendência à romper com as tradições e à “modernizar” as atividades domésticas, antes entendidas como geracionais e de baixa complexidade. O curso superior, importado dos EUA, tinha uma marca “modernizante” e pleiteava o status de “Ciências Domésticas”. Além dessas características, esse projeto intervencionista pleiteou para si a “família rural” enquanto objeto, visto que em estreita relação com as ações de ATER.

Mas se a Economia Doméstica do início do século efetivamente tinha como foco a esfera reprodutiva, o caráter vocacional das atividades femininas e a manutenção da tradição, o que havia de diferente nessa reestruturação da “pedagogia do doméstico”?

Percebe-se, em primeiro lugar, que a família rural continuava sendo o objeto da Economia Doméstica na teoria, mas que na prática suas ações ainda eram massivamente orientadas para a mulher - dessa vez, rural. Em segundo, percebe-se um alargamento da percepção da função da mulher e da noção da relação público-privado. A Economia Doméstica trabalhava com as mulheres entendendo o doméstico rural de forma diferente, tratando as atividades domésticas de forma mais ampla, incorporando “ao lar” pomares, hortas e galinheiros e atribuindo-os à mulher (Rodrigues, 1997; Pinheiro, 2016). Em terceiro lugar, não se cultuavam mais as tradições. Era necessário agora viver e produzir conforme as técnicas mais modernas - para as quais a Economia Doméstica era a solução na modernização das atividades domésticas. Por último, a família agora deveria se submeter às leis do capital, entendidas como universais. No contexto da extensão rural, ao agrônomo cabia modificar os comportamentos do homem na produção agrícola, à economista doméstica cabia modificar os comportamentos da mulher, fazendo-a adquirir novos hábitos e costumes, e administrar sua casa conforme as leis do universo produtivo.

O que se percebe é uma transição do binômio família em crise/coesão social para o binômio família rural/empresa rural. A família rural deveria ser entendida como uma célula cujas leis deveriam estar alinhadas à lógica do capital. E à Economia Doméstica cabia fazer a mulher assumir seu papel e promover tal transição.

3. RESULTADOS E CONCLUSÕES

Este trabalho buscou demonstrar como o ideal de família se modificou historicamente na abordagem da Economia Doméstica, principalmente no contexto em que, como área de conhecimento efetivada por diversos instrumentais, passou a integrar uma Política de Estado específica - a extensão rural pública oficial, a chamada ATER pública.



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLITICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Demonstrou-se que a Economia Doméstica surgiu enquanto área de conhecimento com demarcado viés da divisão sexual do trabalho, atribuindo à mulher um lugar social relacionado à vida doméstica, aos cuidados com a casa, filhos, marido, idosos e enfermos. Nesse contexto, é menos uma área que buscava conhecer determinado objeto e mais uma tentativa de sistematizar uma série de elementos que reproduzissem esse lugar social da mulher.

Em seguida, ao descrever como a extensão rural foi implantada no Brasil, foi possível perceber de que forma a Economia Doméstica serviu de instrumental para uma Política de Estado, alinhada com seus pressupostos ideológicos e auxiliando a efetivar um lugar social determinado para as mulheres: de boa mãe, esposa e dona-de-casa apta a integrar o “mundo moderno”. Sempre pleiteando para si, enquanto objeto, a “família”, foi possível perceber que nos dois momentos históricos analisados - início e meados do século XX - a Economia Doméstica direcionou-se às mulheres, exclusivamente. Além disso, teve nesse primeiro momento uma função mais ligada à reprodução das tradições e ao modelo ideal de família, assumindo no segundo momento uma postura maior de ruptura, focada nas famílias rurais e nas analogias dos núcleos familiares com pequenas unidades consumidoras e produtivas.

A pesquisa encontra-se atualmente em fase de execução e apresentamos aqui resultados parciais. Nesse sentido, espera-se um aprofundamento nessas questões, buscando demonstrar como a relação entre uma determinada pedagogia do doméstico, uma Política de Estado específica e um sistema ideológico em torno da família serviram historicamente para a classe burguesa e para a reprodução de determinadas relações sociais.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, A. E. S. Divisão sexual do trabalho: a separação da produção do espaço reprodutivo da família. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 11, n. 2, p. 271–289, 2013.

AMARAL JUNIOR, J. C.; ALVES, A. E. S. **Sobre a “pedagogia do doméstico”**: relações com as formas históricas de trabalho e educação. *No prelo*, 2019.

AMARAL JUNIOR, J. C. **Economia Doméstica**: adaptação, transformação ou extinção? 2. ed. São Paulo: PerSe, 2016.

_____. Novas questões sobre o curso superior de Economia Doméstica no Brasil: história, memória e extinção. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 17, n. 194, 2017.

ESAV. **Apostila curso de extensão rural, crédito rural supervisionado e economia doméstica**. Viçosa: Universidade Rural do Estado de Minas Gerais, 1952.



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

FERREIRA, N. V. C.; NETO, W. G. Organização inicial do ensino profissional feminino em Uberaba/MG: Economia Rural Doméstica (1953-1962). **Revista HISTEDBR**, n. 51, 2013.

FOSTER, M. L. **Economia Doméstica no ensino secundário**. Viçosa: Universidade Rural do Estado de Minas Gerais, 1954.

LOPES, M. F. **O Sorriso da Paineira**: construção de gênero em uma Universidade Rural. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1995.

LOURO, G. L.; MEYER, D. A escolarização do doméstico: a construção de uma escola técnica feminina (1946-1970). **Cadernos de Pesquisa**, n. 87, 1993.

OLIVEIRA, A. C. M. Economia Doméstica: origem, desenvolvimento e campo de atuação profissional. **Vértices**, v. 8, n. 1, 2006.

OLIVEIRA, I. B.; NETO, C. F. M. “Um ninho de cozinheiras?": Henrique Castriciano de Souza e a “modernidade pedagógica” da escola doméstica de Natal. **Revista Humanidades**, v. 30, n. 2, p. 304–332, 2015.

PEIXOTO, M. Extensão rural no Brasil - uma abordagem histórica da legislação. **Textos para Discussão - Senado Federal**, 2008.

PINHEIRO, C. F. **Estado, extensão rural e economia doméstica no Brasil (1948-1974)**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ, 2016.

RODRIGUES, C. M. Conceito de seletividade de políticas públicas e sua aplicação no contexto da política de extensão rural no Brasil. **Cadernos de Ciências e Tecnologia**, v. 14, n. 1, 1997.